

## Diplomados do ensino superior na transição para o trabalho: Vivências e significados

Ana Raquel Soares Paulino<sup>1</sup>  
Joaquim Luís Coimbra  
Carlos Manuel Gonçalves  
Universidade do Porto, Porto, Portugal

### Resumo

O presente trabalho reporta os dados de uma investigação que procurou explorar o significado que a transição para o (des)emprego assume para os jovens adultos diplomados do ensino superior. Um questionário geral, a escala *Latent and Manifest Benefits of Work (LAMB-Scale)* e o *General Health Questionnaire – 12 (GHQ-12)* foram aplicados a uma amostra de 577 diplomados do ensino superior (321 desempregados e 256 empregados). Os resultados indicam diferenças significativas na percepção de privação no acesso aos benefícios do trabalho e na percepção de mal-estar, entre desempregados e empregados, bem como entre desempregados à procura de um primeiro emprego e com experiência profissional prévia. Os resultados são apresentados e analisados, considerando as suas principais implicações a nível psicológico, social e institucional.

*Palavras-chave:* desemprego, emprego, adultos, educação, orientação vocacional

### Abstract: University graduates in transition to the labor market: Experiences and meanings

This work presents the results of a study aimed to explore the meanings of the transition to (un)employment for university graduates. A general questionnaire, the *Latent and Manifest Benefits of Work (LAMB-Scale)* and the *General Health Questionnaire – 12 (GHQ-12)* were applied to a sample of 577 university graduates (321 unemployed and 256 employed). The main results show differences of perception about deprivation of work benefits and perception of psychological distress among the employed and unemployed, and also among those who are looking for a first job and those who have had some previous job experience. The results are presented and discussed, considering their main psychological, social and institutional implications.

*Keywords:* unemployment, employment, adults, education, vocational guidance

### Resumen: Diplomados de la enseñanza superior en la transición al trabajo: Vivencias y significados

Este trabajo informa los datos de una investigación que buscó explorar el significado que la transición al (des)empleo asume para los jóvenes adultos diplomados de la enseñanza superior. Un cuestionario general, la escala *Latent and Manifest Benefits of Work (LAMB-Scale)* y el *General Health Questionnaire – 12 (GHQ-12)* se aplicaron a una muestra de 577 diplomados de la enseñanza superior (321 desempleados y 256 empleados). Los resultados indican diferencias significativas en la percepción de privación en el acceso a los beneficios del trabajo y en la percepción de malestar entre desempleados y empleados, así como entre desempleados en busca de un primer empleo y con experiencia profesional previa. Los resultados son presentados y analizados, considerando sus principales implicaciones a nivel psicológico, social e institucional.

*Palabras clave:* desempleo, empleo, adultos, educación, orientación vocacional

<sup>1</sup> Endereço para correspondência: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto. Rua Dr. Manuel Pereira da Silva, 4200-392, Porto, Portugal. Fone: 351 22 6079700. E-mail: ana.rspaulino@gmail.com

A educação e a formação assumem-se como vectores essenciais das sociedades ocidentais contemporâneas, onde a multiplicação de oportunidades formativas, a generalização do acesso à educação e o estabelecimento de compromissos individuais com oportunidades de formação/aprendizagem ao longo da vida, que proporcionam o acesso a qualificações escolares e profissionais mais elevadas, assumem a sua recorrência e ocupam um lugar de destaque nas (pre)ocupações individuais, sociais, políticas e económicas. Contudo, num contexto de crise e de profundas mudanças socio-económicas e laborais como aquele em que vivemos, nem sempre essa relação de aproximação crescente à educação, à formação e à aprendizagem apresenta repercussões na estrutura de oportunidades sociais e profissionais a que cada indivíduo tem acesso. Ainda que este não represente o objectivo único/último da formação e da aprendizagem, será uma dimensão importante nomeadamente dos projectos dos indivíduos que escolheram prolongar os seus investimentos formativos, perseguindo uma qualificação académica de nível superior, e que encontram cada vez mais desafios e dificuldades no processo de transição da formação para o trabalho. O que impõe, inevitavelmente, novas premissas à configuração e gestão dos seus projectos de vida, bem como das expectativas pessoal e socialmente construídas que os sustentam, influenciando o modo como a formação, a aprendizagem e a transição para o (des)emprego são vivenciadas e significadas pelos indivíduos, pela sociedade e pelas instituições que nelas estão implicadas.

Efectivamente, o desemprego representa, nas sociedades ocidentais contemporâneas, uma realidade generalizada em crescimento, assumindo, nos países da Europa, uma preponderância crescente entre os jovens adultos diplomados com qualificação superior (Gonçalves, Carreira, Valadas, & Sequeira, 2006), em consequência da massificação do acesso ao Ensino Superior e da evolução tanto da estrutura económica como do mercado de emprego que não a acompanham nem sustentam. Apesar de, em 2007, o desemprego entre diplomados representar apenas 10.3% da taxa de desemprego total (Portugal, 2008a) e 4.5% do total da população de diplomados com habilitação superior residentes em Portugal (Portugal, 2008b), registando um ligeiro decréscimo quanto ao ano anterior, a percentagem de desempregados diplomados com habilitação superior tem apresentado uma tendência crescente ao longo dos últimos anos. Paralelamente, na actual conjuntura social e económica, encontrar uma oportunidade de trabalho estável é uma tarefa cada vez mais complexa para os diplomados do ensino superior que, no seu percurso de inserção profissional tendem, isso sim, a confrontar-se, de modo recorrente, com situações

de desemprego e de emprego precário, susceptíveis de "(...) afectar a [sua] construção identitária na medida em que fragiliza[m] os futuros profissionais e dificulta[m] a concretização de projectos e aspirações" (Azevedo, 1999, p. 135), colocando novos desafios aos indivíduos, às instituições e à sociedade em geral.

O desemprego, enquanto inactividade profissional voluntária ou involuntária que se faz acompanhar da disponibilidade para trabalhar e de comportamentos de procura de emprego (Instituto do Emprego e Formação Profissional, 2009), remete os indivíduos, nas sociedades ocidentais contemporâneas, para um contexto de incerteza e risco, em que a diminuição do volume de trabalho socialmente necessário, a precarização das relações laborais, o crescimento dos fenómenos de desemprego e de formas de emprego atípicas, a entrada mais tardia dos jovens no mercado de trabalho e a desregulação das condições de acesso e de permanência no emprego (Parada & Coimbra, 1999-2000) coexistem com a exaltação do papel desempenhado pelo trabalho (principalmente enquanto meio de subsistência e medida de valor pessoal) na estrutura de vida das sociedades e dos indivíduos (Schnapper, 1998).

Todas estas transições e transformações comportam, inevitavelmente, profundas implicações psicossociais. Desde logo, motivam a extensão e a complexificação dos processos de transição para o mundo do trabalho e para a idade adulta que se repercutem no adiamento da implementação e concretização dos projectos das gerações mais jovens, associado, tanto ao investimento mais prolongado em actividades de formação académica e profissional, como ao protelar da assunção de papéis de vida tradicionalmente identificados com a idade adulta, em especial ao nível dos compromissos de índole relacional e familiar (Arnett, 2000, 2006; Bynner, 2005). Apesar de uma série de factores institucionais (por exemplo, como é gerida a transição da escola para o mundo do trabalho) e estruturais poderem representar constrangimentos significativos na configuração da estrutura de oportunidades que se apresenta aos indivíduos no processo de transição da adolescência para a idade adulta, influenciando o desempenho e a construção de papéis e identidades (Bynner, 2005), um novo estádio parece emergir no ciclo de vida e neste contexto de transição. Arnett denomina-o de *adulthood emergent*, definindo-o como período: (a) de possibilidades e de exploração da identidade, com adiamento da tomada de decisão quanto ao futuro; (b) de auto-focalização; (c) de instabilidade, consequências da ênfase no processo de exploração e na magnitude das possibilidades que o caracterizam; (d) em que os indivíduos experienciam um sentimento de que já não são adolescentes, mas também ainda não são adultos, associando-se a uma significativa

instabilidade e imprevisibilidade de estatuto (Arnett, 2000, 2006). Por outro lado, o trabalho perde, progressivamente, valor enquanto elemento estruturante dos percursos de vida, favorecendo a multiplicação e a complexificação dos determinantes do desenvolvimento vocacional, o que poderá colocar novas exigências aos indivíduos, no sentido de uma reflexão e (re)definição de objectivos mais sistemática e de uma maior adaptabilidade vocacional (Savickas, 1997). Isto é, de uma maior disponibilidade e capacidade para lidarem com as tarefas previsíveis e imprevisíveis que se impõem nos processos de transição para o trabalho (Coimbra, Parada, & Imaginário, 2001) que, no contexto actual, implicam a sua ressignificação à luz de novas formas de inserção profissional e o seu reposicionamento num contexto mais abrangente de investimentos pessoais e sociais que os indivíduos podem realizar (Gonçalves et al., 2006; Schnapper, 1998) e que podem configurar contextos de experimentação de novas formas do *self* em sociedade (Parada & Coimbra, 1999-2000).

A transição para o desemprego, em particular, impõe, na perspectiva de Jahoda (1979, 1981, 1982, 1992) e de Fryer (1988), restrições no acesso e/ou na percepção de acesso a uma série de funções que são tradicionalmente cumpridas pelo trabalho. Jahoda postula que o trabalho, enquanto instituição social, cumpre determinadas necessidades humanas, associando-se, portanto, a consequências manifestas ou deliberadamente contempladas e a consequências latentes, isto é, que ocorrem como produto não planeado de acções intencionais. A disponibilidade financeira constitui a consequência manifesta do trabalho, enquanto as consequências latentes designam: (a) a estruturação do tempo que é culturalmente valorizada/incentivada; (b) o contacto social que implica a partilha de experiências e contacto com outras pessoas fora do meio familiar, constituindo uma forma de ligação social; (c) o propósito colectivo, enquanto participação social que concorre para um fim comum e que é promotora da interdependência; (d) o estatuto associado à situação socio-profissional e académica; (e) o estímulo à actividade, ou seja, o estímulo à realização de actividades pessoalmente significativas (Jahoda, 1979, 1981, 1982, 1992). Ora, o desemprego, enquanto ausência de trabalho, implicaria linearmente a privação no acesso a essas categorias de experiência psicológica, o que desencadearia consequências negativas, particularmente associadas à deterioração do bem-estar psicológico dos indivíduos desempregados e motivadas, primordialmente, pela privação dos benefícios latentes (Jahoda, 1979, 1981, 1982, 1992). Assim sendo, os indivíduos empregados teriam, de um modo global, um maior acesso aos benefícios do que os desempregados que, na sua essência, se vêem privados da relação com

o trabalho, o que se tem verificado numa série de investigações desenvolvidas neste domínio (Creed & Machin, 2003; Creed & Reynolds, 2001; Jackson, 1999; Waters & Moore, 2002). Ainda que outras variáveis pessoais e existenciais, como por exemplo a experiência de trabalho prévia, a proeminência que o fenómeno do desemprego assume no contexto em que o indivíduo está integrado ou o investimento noutras instituições sociais que lhe permitam aceder às funções psicológicas cumpridas pelo trabalho possam mediar o impacto psicológico do desemprego (Creed & Machin, 2003; Creed & Reynolds, 2001; Jackson, 1999; Waters & Moore, 2002).

Fryer e Payne (1984), por seu turno, consideram que a privação financeira e as dimensões latentes elicitadas por Jahoda (1979, 1981, 1982, 1992) concorrem, em conjunto, para a restrição da agência pessoal que condiciona o modo como os indivíduos procuram compreender e lidar com a transição para o desemprego e com todas as restrições que lhe estão inerentes. Consequentemente, a vivência negativa da experiência de desemprego seria explicada tanto pela ausência das funções psicológicas do trabalho como pela restrição da acção (Fryer, 1988; Fryer & Payne, 1986), consequência das dificuldades financeiras que tendem a emergir em situações de desemprego (e que desempenham, na perspectiva do autor, um papel fundamental na percepção de restrição e na deterioração do bem-estar), mas também das normas, expectativas e representações sociais que aliadas à arbitrariedade e complexidade que caracteriza o contexto social em que o indivíduo desempregado se integra, poderão limitar e desencorajar o papel activo que ele poderia desempenhar, no sentido de um maior controlo pessoal sobre os acontecimentos e sobre o seu próprio percurso de vida (Fryer, 1988; Fryer & Payne, 1986). Não obstante, seria o papel activo do sujeito que, através da criação das suas próprias instituições sociais ou do acesso a instituições existentes, lhe permitiria lidar com as suas necessidades sociais e psicológicas. O desemprego, enquanto ausência de relação com o trabalho, configurará, portanto e na perspectiva destes autores, um contexto de restrição de acesso a uma série de funções psicológicas tradicionalmente cumpridas por aquele, ainda que outras dimensões de existência e investimentos pessoais e sociais possam funcionar como facilitadores do acesso a essas categorias de experiência.

A transição para o (des)emprego representará, assim, um processo que, no contexto actual, se reveste de profundas implicações psicossociais a diferentes níveis, influenciando o modo como os indivíduos, nomeadamente os diplomados do ensino superior, vivenciam e significam os seus projectos e percursos. Neste contexto, e contemplando como objectivo geral da presente investigação a exploração do significado psicológico da transição para o

(des)emprego para os jovens adultos diplomados do ensino superior, em termos do modo como a vivenciam, significam e integram na sua estrutura de vida e nos seus projectos vocacionais, definem-se como objectivos específicos deste estudo: (a) analisar a experiência de percepção de privação no acesso aos benefícios representados pela disponibilidade financeira, estruturação do tempo, propósito colectivo, contacto social e estatuto/posição social valorizada; (b) analisar a experiência de mal-estar subjectivo, operacionalizado pelas variáveis perda de ânimo, perda de confiança e ansiedade; (c) explorar e analisar diferenças e relações entre a percepção de privação no acesso aos benefícios, o mal-estar subjectivo e o estatuto face ao emprego e face à procura de emprego; (d) (re)pensar as implicações psicológicas e sociais associadas ao (des)emprego entre diplomados do ensino superior.

Desta forma, atendendo aos objectivos enunciados e partindo da revisão da literatura sobre o domínio em análise, definiram-se, no estudo que aqui se apresenta, três hipóteses e duas questões de investigação que se enunciam em seguida: (a) espera-se que os indivíduos desempregados apresentem níveis mais elevados de percepção de privação no acesso aos benefícios manifesto e latentes e níveis mais elevados de mal-estar subjectivo do que os indivíduos empregados; (b) espera-se que os indivíduos desempregados que se encontram à procura de um novo emprego (que têm alguma experiência profissional prévia) apresentem níveis mais elevados de percepção de privação no acesso aos benefícios manifesto e latentes e níveis mais elevados de mal-estar subjectivo do que os desempregados que se encontram à procura de um primeiro emprego; (c) espera-se que exista uma correlação positiva entre a percepção de privação no acesso aos benefícios e a experiência de mal-estar subjectivo; (d) espera-se que os diferentes benefícios tenham valor preditivo diferencial relativamente ao mal-estar subjectivo; (e) espera-se que o mal-estar subjectivo e suas dimensões tenham valor preditivo relativamente à percepção de privação no acesso aos benefícios.

## Método

### Participantes

A amostra foi, conforme explicitado anteriormente, constituída por conveniência, através da divulgação via *e-mail* da investigação e do questionário para resposta, recorrendo às bases de dados de diplomados do ensino superior das faculdades e institutos politécnicos que se disponibilizaram para colaborar na investigação. É composta por 577 sujeitos, com idades compreendidas entre os 21 e os 35 anos ( $M = 26,69$ ;  $SD = 3,01$ ), sendo maioritariamente

feminina (73%), licenciada (88%) e oriunda do ensino superior público (75%). Relativamente ao estatuto face ao emprego, há 256 indivíduos empregados e 321 que se designam desempregados, dos quais 146 estão à procura de um primeiro emprego, 156 à procura de um novo emprego e 19 não estão à procura de emprego, não sendo, portanto, considerados para efeitos de análise (porque não se integram na definição de desemprego adoptada neste estudo). A amostra é caracterizada na Tabela 1.

### Instrumentos e Procedimento

Para operacionalização do estudo, estabeleceu-se contacto inicial com diferentes faculdades e institutos politécnicos de todo o país e de diferentes áreas de formação, solicitando a divulgação do estudo através do envio de um *e-mail* a todos os contactos de diplomados constantes nas suas bases de dados. No *e-mail* enviado constava um *link* através do qual os participantes (diplomados com habilitação superior, empregados ou desempregados) podiam aceder e responder ao questionário *online*. Todos os questionários foram automaticamente guardados e, aquando do tratamento de dados, excluídos apenas aqueles que não cumpriam os critérios de idade definidos (considerando-se válidos apenas os questionários dos participantes até aos 35 anos). Através do *link* disponibilizado, os participantes responderam a um questionário especificamente construído para o efeito, assim como à *Latent and Manifest Benefits of Work - LAMB-Scale* (Muller, Creed, Waters, & Machin, 2000) e ao *General Health Questionnaire-12 - GHQ-12* (Goldberg, 1972), ambos adaptados e validados para a população Portuguesa por Sousa-Ribeiro e Coimbra (2005a, 2005b).

O questionário visava a recolha de informações sobre dimensões (sociodemográficas, situacionais e de proactividade) consideradas pertinentes para o presente estudo, tanto para a caracterização da amostra como para a exploração de potenciais relações com as variáveis primordiais de investigação.

A escala *Latent and Manifest Benefits of Work* permite avaliar a percepção de privação no acesso aos benefícios manifesto e latentes ( $\alpha = 0,92$ ), sendo constituída por 34 itens que configuram seis factores, equivalentes aos seis benefícios propostos por Jahoda. Os itens são apresentados como frases bipolares que representam, por um lado, o acesso e, por outro, a privação no acesso a um determinado benefício (ex. “Costumo ter demasiado tempo livre durante o dia”, “Não costumo ter demasiado tempo livre durante o dia”). Para cada item, os indivíduos têm de se posicionar, numa escala de sete pontos, em função do grau de concordância quanto ao mesmo, sendo os *scores* mais baixos indicadores de maior percepção de acesso aos benefícios ou a determinado benefício.

O *General Health Questionnaire-12* foi utilizado como medida de mal-estar subjectivo ( $\alpha = 0,90$ ), sendo constituído por doze itens que se organizam em três factores, identificados como perda de ânimo, perda de confiança e ansiedade. Os itens reportam os indivíduos para o modo como se têm sentido recentemente quanto a uma série de variáveis (ex. “nas últimas semanas sentiu que não conseguia ultrapassar as suas dificuldades?”), sendo as respostas a cada item dadas numa escala de quatro pontos (ex. “não, de forma alguma”, “não mais do que o costume”, “mais do que o costume” ou “muito mais do que o costume”). Os *scores* totais da escala podem variar entre 0 e 36, sendo que *scores* mais elevados são indicadores de níveis mais elevados de mal-estar subjectivo.

### Resultados

Assim, após a recolha e tratamento de dados (recorrendo ao programa *SPSS 15,0*), e para testar as duas primeiras hipóteses que relacionam o estatuto face ao emprego e o estatuto face à procura de emprego, com a percepção de privação no acesso aos benefícios tradicionalmente cumpridos pelo trabalho e a percepção de mal-estar subjectivo, realizou-se uma análise *t-Student* para amostras independentes. Os resultados tendem, de uma forma geral, a confirmar a primeira hipótese, conforme se pode verificar na Tabela 2 e a infirmar a segunda hipótese, como se pode verificar pela Tabela 3.

A análise da Tabela 2 permite constatar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre empregados e desempregados quanto à percepção de privação e suas dimensões, bem como quanto ao mal-estar subjectivo e suas dimensões. As diferenças ocorrem, de um modo global, no sentido esperado, com os desempregados a experienciarem níveis mais elevados de percepção de privação [ $t_{(556)} = 12,086, p < .001$ ] e de mal-estar subjectivo [ $t_{(553,574)} = 7,081, p < .001$ ]. O mesmo não se verifica, contudo, na percepção de privação no estímulo à actividade, em que as diferenças ocorrem no sentido inverso (com os indivíduos empregados a apresentarem níveis mais elevados do que os desempregados), nem na percepção de privação no estatuto, em que não se verificam diferenças significativas entre os dois grupos.

A análise da Tabela 3 permite, por outro lado, verificar que, de um modo global, não existem diferenças significativas entre os indivíduos desempregados que estão à procura de um primeiro emprego e os que estão à procura de um novo emprego, nem na percepção de mal-estar [ $t_{(300)} = 1,891, p > .05$ ], nem nos níveis globais de percepção de privação no acesso aos benefícios do trabalho [ $t_{(300)} = 1,823, p > .05$ ], embora os indivíduos que se

encontram à procura de um novo emprego apresentem especificamente níveis mais elevados de percepção de privação no estímulo à actividade, no contacto social e no estatuto.

Para testar a terceira hipótese e às duas questões de investigação formuladas, realizou-se uma análise do coeficiente de correlação de *Pearson*, cujos resultados se apresentam na Tabela 4, e uma análise de regressão linear, cujos resultados se apresentam nas Tabelas 5 e 6. A análise da Tabela 4 permite verificar a existência de uma correlação positiva e estatisticamente significativa entre a percepção de privação no acesso aos benefícios e o mal-estar subjectivo [ $r = 0,573, p < 0,001$ ], tanto como medidas globais, como considerando as dimensões que as compõem, verificando-se, contudo, valores transversalmente mais baixos de correlação entre a percepção de privação e suas componentes e a ansiedade [ $r = 0,301, p < 0,001$ ]. A relação entre as duas variáveis (percepção de privação no acesso aos benefícios do trabalho e percepção de mal-estar) pode, ainda, ser confirmada tanto pela análise da Tabela 5, pela qual se pode constatar que a percepção de privação no acesso aos benefícios permite explicar 33,8% da variância da percepção de mal-estar subjectivo, como pela análise da Tabela 6 que permite observar que a percepção de mal-estar permite explicar 39,1% da variância na percepção de privação. Pela análise da Tabela 5 podemos ainda verificar que o factor privação na estruturação do tempo, seguido dos factores privação financeira e privação no estímulo à actividade são os que mais contribuem significativamente para a percepção de mal-estar e que os factores privação no estatuto e estatuto face ao emprego não têm um contributo estatisticamente significativo. Da mesma forma, a análise da Tabela 6 permite verificar que a dimensão perda de confiança é a que mais contribui para a variância na percepção de privação no acesso aos benefícios do trabalho, seguida da perda de ânimo e da ansiedade, sendo que o estatuto face ao emprego tem, também, um contributo significativo neste caso.

### Discussão

De uma forma global, os resultados da investigação demonstram que os indivíduos desempregados vivenciam a transição para o desemprego de forma menos positiva do que os indivíduos empregados experienciam o trabalho/experiência profissional, apresentando níveis mais elevados de percepção de privação no acesso às funções psicológicas tradicionalmente cumpridas pelo trabalho e na percepção de mal-estar.

No entanto, contrariamente ao esperado, empregados e desempregados não diferem de forma significativa

na percepção de privação no estatuto, o que poderá significar que entre os diplomados com habilitação superior o estatuto está mais associado à frequência e conclusão de uma formação de nível superior do que à transição para o trabalho ou para o desemprego que lhe sucede. Poderá, paralelamente, significar que também os indivíduos que se encontram empregados percebem privação no acesso ao estatuto, ao confrontarem-se com situações de precariedade laboral e de sobrequalificação no mercado de trabalho, não diferindo, por isso, significativamente dos desempregados a este nível. Efectivamente, a massificação do acesso ao ensino superior aliada à generalização das dificuldades em encontrar, na transição para o trabalho, oportunidades profissionais congruentes com os seus projectos e trajectórias formativas poderá contribuir para a perda do poder simbólico associado aos diplomas produzidos pelo ensino superior e, conseqüentemente, a uma diminuição dos níveis de aspiração relativamente ao potencial de empregabilidade e ao estatuto associados.

Por outro lado, contrariando também as evidências empíricas prévias, os empregados apresentam níveis mais elevados de percepção de privação no estímulo à actividade do que os desempregados, o que poderá ser explicado pelo facto de os indivíduos empregados, ao confrontarem-se com uma estruturação do tempo que lhes é externamente imposta pelos seus contextos e responsabilidades profissionais, perceberem um nível mais elevado de restrição na oportunidade de realização de actividades pessoalmente significativas (Martella &

Maass, 2000; Waters & Moore, 2002). Paralelamente, as condições de trabalho precárias, a dissonância entre expectativas/representações profissionais e oportunidades profissionais conquistadas e a falta de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido com que muitos diplomados do ensino superior frequentemente se vêm confrontados no mundo do trabalho poderão, também, contribuir para estes resultados.

Relativamente ao estatuto face à procura de emprego, os resultados infirmam, de uma forma global, a hipótese de que indivíduos que se encontram à procura de um novo emprego vivenciarão de forma significativamente diferente e mais negativa essa transição (em termos de percepção de privação no acesso aos benefícios e de mal-estar) do que aqueles que se encontram à procura de um primeiro emprego. Ora, se o trabalho é a instituição social que, por excelência, permite o acesso às funções psicológicas consideradas (Jahoda, 1981, 1982, 1992) e se os procuradores de um primeiro emprego não tiveram ainda contacto com aquela, então a inexistência de diferenças a este nível relativamente aos procuradores de um novo emprego fará supor que a frequência de um curso superior e o investimento na realização da multiplicidade de actividades que lhe são paralelas podem constituir-se como instituições sociais que, para além do trabalho, permitem o acesso aos benefícios em questão (Jackson, 1999), reforçando a importância da realização de investimentos alternativos como forma de aceder a categorias de experiência das quais os indivíduos se sentirão privados na situação de desemprego.

Tabela 1  
Caracterização sociodemográfica da amostra

		Gênero					
		Total (n=577)		Empregados (n=256)		Desempregados (n=302)	
Feminino	n = 421	73%	n = 171	66,8%	n = 238	33,2%	
Masculino	n = 156	27%	n = 85	33,2%	n = 64	21,2%	
		Idade					
		Total (n=577)		Empregados (n=256)		Desempregados (n=302)	
21-25 anos	n = 230	39,9%	n = 88	34,4%	n = 132	43,7%	
26-28 anos	n = 202	35%	n = 102	39,8%	n = 95	31,5%	
29-35 anos	n = 145	25,1%	n = 66	25,8%	n = 75	24,8%	
		Estatuto face ao emprego					
Empregados						n = 256	
Desempregados						n = 321	
Procuradores de primeiro emprego						n = 146	
Procuradores de novo emprego						n = 156	
Não procuradores de emprego						n = 19	

Tabela 2

Análise das diferenças nos níveis de percepção de privação no acesso aos benefícios e nos níveis de mal-estar subjectivo em função do estatuto face ao emprego

	Estatuto face ao emprego				Desempregados (n=302)		Empregados (n=256)	
	t-Student	gl	p	$\eta^2$	M	SD	M	SD
Privação Benefícios (escala total)	12,086	556	<0,001	0,21	128,74	27,60	101,23	25,79
P. Estrutura do Tempo	12,773	552,564	<0,001	0,22	31,19	11,13	20,46	8,71
P. Propósito Colectivo	8,763	555,025	<0,001	0,12	21,5	6,72	16,98	5,45
P. Estímulo à Actividade	-2,570	556	0,01	0,01	11,97	4,89	12,99	4,42
P. Financeira	12,558	505,980	<0,001	0,22	31,27	7,84	22,13	9,13
P. Contacto Social	5,101	555,497	<0,001	0,05	26,53	8,84	22,87	7,58
P. Estatuto	1,836	556	0,067	0,01	10,29	4,63	9,59	4,39
Mal-estar subjectivo (escala total)	7,081	553,547	<0,001	0,08	17,26	7,87	13,03	6,24
Perda de ânimo	5,184	555,674	<0,001	0,05	7,23	3,14	5,97	2,6
Perda de confiança	8,665	555,886	<0,001	0,12	5,59	3,57	3,15	3,07
Ansiedade	3,047	551,596	0,002	0,02	4,44	2,15	3,91	1,99

Tabela 3

Análise das diferenças nos níveis de percepção de privação no acesso aos benefícios e nos níveis de mal-estar subjectivo em função do estatuto face à procura de emprego

	Estatuto face ao emprego				Novo Emprego (n=156)		1º Emprego (n=146)	
	t-Student	gl	p	$\eta^2$	M	SD	M	SD
Privação Benefícios	1,823	300	0,069	0,011	131,5	28,2	125,7	26,7
P. Estrutura do Tempo	-1,440	300	0,151	0,007	30,3	11,3	32,1	10,9
P. Propósito Colectivo	1,357	300	0,176	0,006	22	7	21	6,4
P. Estímulo à Actividade	2,594	297,394	0,01	0,022	12,7	5,2	11,2	4,4
P. Financeira	1,637	300	0,103	0,009	32	7,4	30,5	8,3
P. Contacto Social	2,551	300	0,01	0,021	23,7	8,5	21,2	8,4
P. Estatuto	2,230	300	0,026	0,016	10,9	4,6	9,7	4,6
Mal-estar subjectivo	1,891	300	0,060	0,012	18,1	8,2	16,4	7,5
Perda de ânimo	1,828	294,284	0,069	0,011	7,5	3,4	6,9	2,8
Perda de confiança	1,471	300	0,142	0,007	5,9	3,6	5,3	3,6
Ansiedade	1,821	300	0,070	0,011	4,7	2,1	4,2	2,2

Tabela 4

Correlação entre a medida e respectivos índices de percepção de privação no acesso aos benefícios e a medida e respectivos índices de mal-estar subjectivo

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1. Privação Benefícios	-	.66**	.80**	.36**	.71**	.71**	.64**	.57**	.52**	.59**	.30**
2. P. Estrutura Tempo		-	.42**	-.01	.35**	.19**	.21**	.42**	.39**	.46**	.17**
3. P. Propósito Colectivo			-	.23**	.48**	.56**	.52**	.43**	.39**	.46**	.21
4. P. Estímulo Actividade				-	.10*	.26**	.38**	.25**	.24**	.21**	.20**
5. P. Financeira					-	.36**	.24**	.41**	.34**	.43**	.25**
6. P. Contacto Social						-	.58**	.37**	.35**	.36**	.22**
7. P. Estatuto							-	.32**	.32**	.33**	.14**
8. Mal-estar subjectivo								-	.87**	.91**	.78**
9. Perda de ânimo									-	.67**	.54**
10. Perda de confiança										-	.61**
11. Ansiedade											-

\*\* Correlação significativa a .001; \* Correlação significativa a .01.

Nota: O zero-vírgula foi omitido nos valores apresentados para tornar mais fácil a leitura da tabela.

Tabela 5

Valor preditivo das componentes da escala de percepção da privação no acesso aos benefícios e do estatuto face ao emprego para a medida global de mal-estar subjectivo

		B	$\beta$	t	p
Privação Estrutura do Tempo		0,183	0,280	7,112	<0,001
Privação Propósito Colectivo		0,114	0,100	2,044	0,041
Privação Estímulo à Actividade	$R^2 = 0,338$	0,265	0,167	4,411	<0,001
Privação Financeira	$R^2$ ajustado = 0,331	0,147	0,190	4,647	<0,001
Privação Contacto Social		0,121	0,133	2,848	0,005
Privação Estatuto		0,044	0,027	0,574	0,567
Privação Estrutura do Tempo		0,178	0,272	6,524	<0,001
Privação Propósito Colectivo		0,111	0,098	1,985	0,048
Privação Estímulo à Actividade	$R^2 = 0,338$	0,270	0,170	4,439	<0,001
Privação Financeira	$R^2$ ajustado = 0,331	0,141	0,182	4,206	<0,001
Privação Contacto Social		0,120	0,131	2,802	0,005
Privação Estatuto		0,049	0,029	0,627	0,531
Estatuto face ao Emprego		0,357	0,024	0,549	0,583

Tabela 6

Valor preditivo das componentes da escala de mal-estar subjectivo e do estatuto face ao emprego para a medida global de percepção da privação no acesso aos benefícios

		B	$\beta$	t	p
Perda de ânimo		2,660	0,263	5,768	<0,001
Perda de confiança	$R^2 = 0,391$	4,282	0,507	10,453	<0,001
Ansiedade	$R^2$ ajustado = 0,388	-2,157	-1,50	-3,491	0,001
Perda de ânimo		2,653	0,262	6,108	<0,001
Perda de confiança	$R^2 = 0,461$	3,284	0,389	8,137	<0,001
Ansiedade	$R^2$ ajustado = 0,457	-1,629	-0,113	-2,784	0,006
Estatuto face ao emprego		17,027	0,282	8,450	<0,001

Não obstante, os desempregados que já tiveram alguma experiência profissional prévia apresentam níveis mais elevados de percepção de privação no estímulo à actividade, no contacto social e no estatuto. Efectivamente, a transição do trabalho para o desemprego poderá significar para aqueles a privação no contacto com uma rede de relações que se criou nesse contexto e com rotinas e actividades que tendencialmente se foram estruturando, desencadeando dificuldades em lidarem proactivamente com a percepção de privação no acesso a essas dimensões. Contrariamente, para os desempregados à procura de um primeiro emprego, principalmente os recém-licenciados, o contexto e o período de procura de trabalho poderão ser percebidos como oportunidades de exploração e de investimento na realização de actividades pessoalmente significativas, prolongando o contacto com a rede de relações anterior que, de um modo global, estará a lidar com desafios e transições semelhantes. Por outro lado, apesar de o desemprego poder representar sempre para os indivíduos um questionamento do estatuto associado à

frequência e conclusão de uma formação de nível superior (considerando que ele continua a ter, pelo menos algum, poder simbólico), a importância relativa desta dimensão será menor para aqueles que percebem a experiência de desemprego como mais normativa na sua rede de relações, facto que ocorrerá com maior probabilidade entre os procuradores de um primeiro emprego. A saliência da variável estatuto será também maior para os indivíduos que já contactaram com a possibilidade de ver reconhecido no contexto profissional o estatuto potencialmente associado à conclusão de uma formação de nível superior e que, em situação de desemprego, se vêem confrontados com a fragilidade desse estatuto, mesmo em termos do seu poder na facilitação do acesso a oportunidades de trabalho e a trajetórias de alguma estabilidade nesse contexto.

Simultaneamente, os resultados da investigação permitem confirmar a existência de uma correlação entre a percepção de privação no acesso aos diferentes benefícios tradicionalmente cumpridos pelo trabalho e a percepção de mal-estar subjectivo, nas suas diferentes dimensões.



Dentre as dimensões da percepção de privação no acesso aos benefícios, a privação na estruturação do tempo parece ser aquela que mais influencia a percepção de mal-estar, o que poderá constituir um indicador de potenciais dificuldades emergentes, tanto na transição dos indivíduos desempregados de um contexto formativo e/ou profissional que promove a estruturação do tempo para um contexto de desemprego que é temporalmente ausente de estrutura (Creed & Macintyre, 2001; Jahoda, 1981, 1982, 1992; Waters & Muller, 2003), como na transição dos indivíduos empregados de um contexto formativo em que poderá existir uma maior flexibilidade na estruturação do tempo, para um contexto de trabalho em que essa permeabilidade será, potencialmente, mais limitada. A privação financeira e a privação no estímulo à actividade são as duas dimensões que, sequencialmente, mais contribuem de modo significativo para a experiência de mal-estar. Por um lado, a disponibilidade financeira desempenha um importante papel na actual sociedade de consumo e na facilitação da concretização de uma multiplicidade de projectos de vida que tendencialmente pautam a transição para a idade adulta, pelo que a percepção de privação relativamente a esta dimensão desencadeará directamente níveis mais elevados de *stress*, promovendo, também, indirectamente a construção de expectativas pessoais mais negativas relativamente ao futuro (Creed & Klisch, 2005). Por outro lado, o investimento em actividades pessoalmente significativas e a percepção pessoal de proactividade, nomeadamente em contextos de desemprego, poderão contribuir para um sentimento de maior integração do indivíduo nos seus contextos de existência, facilitando a percepção de acesso a outros benefícios (Creed & Macintyre, 2001; Haworth, 1997; Ullah, 1990) e tendo um efeito moderador no impacto psicológico daquela experiência (Fryer & Payne, 1984; Gore, 1978 citado por Borgen, Hatch, & Amundson, 1990). Consequentemente, a percepção de privação no estímulo à actividade desempenhará um papel importante na experiência de mal-estar, não só porque a percepção de um menor investimento na realização de actividades pessoalmente significativas contribui para a emergência de sentimentos mais negativos do indivíduo relativamente a si e à realidade, mas também porque favorece uma avaliação mais negativa da possibilidade de acesso a outros benefícios, influenciando indirectamente a experiência de bem-estar subjectivo.

Explorando, por outro lado, a influência da percepção de mal-estar na percepção de privação no acesso aos benefícios, verifica-se que a perda de confiança é a dimensão que tem um contributo mais significativo, o que poderá derivar da complexidade dos projectos e investimentos característicos da população em questão que se

associam, geralmente, a elevadas expectativas e aspirações pessoais, frequentemente, inviabilizadas ou adiadas no confronto com a realidade, encetando nos indivíduos processos de questionamento das suas competências e dos seus percursos e projectos. Este questionamento, associado à perda de ânimo e à ansiedade (que têm, ainda assim, um contributo significativo para a percepção de privação), assim como ao estatuto face ao emprego, configurará um contexto de mal-estar capaz de induzir o indivíduo numa avaliação mais negativa daquilo que o rodeia, inclusive na sua percepção de privação no acesso aos benefícios.

### Conclusões e Implicações

Os principais resultados aqui apresentados indicam, desde logo, que também para os diplomados com qualificação superior a transição para o desemprego é vivenciada como momento de desafios múltiplos, conduzindo a uma percepção global de menor possibilidade de acesso a uma série de funções psicológicas tradicionalmente cumpridas pelo trabalho e de redução da sua percepção de bem-estar. No entanto, estar empregado não é sinónimo, pelo menos nesta amostra, de uma experiência linearmente positiva para aqueles que se encontram nessa situação profissional. Efectivamente, não só o estatuto face ao emprego desempenha um papel pouco significativo na experiência de mal-estar, como os empregados apresentam níveis mais elevados de percepção de privação no estímulo à actividade e não diferem significativamente dos desempregados na percepção de privação no estatuto. Portanto, os processos de inserção profissional parecem originar desafios e dificuldades para estes diplomados, não apenas quando configuram transições para o desemprego, mas também para oportunidades de trabalho muitas vezes precárias e desqualificantes que, no conjunto, colidem com um discurso social que tende a incentivar e estimular o prosseguimento de estudos para níveis progressivamente superiores e em diferentes contextos e etapas de vida, como investimentos potencialmente facilitadores do acesso a mais oportunidades sociais e profissionais que, na realidade, muitas vezes não se concretizam. Esta dissonância impõe, por conseguinte, o questionamento de uma multiplicidade de valores socialmente construídos, designadamente em relação à educação, à formação e ao trabalho, o que faz antecipar a necessidade de que tanto os indivíduos como as instituições e a própria sociedade de um modo global construam novos significados para a educação e a formação e realizem novas aprendizagens que lhes permitam lidar de modo construtivo com as mudanças e desafios que se lhes impõem no contexto actual.

Importa, então, a nível social: (a) tematizar e discutir socialmente estas questões, facilitando o reposicionamento do trabalho, da qualificação e da aprendizagem, no contexto dos novos desafios que actualmente se colocam à sua gestão e implementação; (b) facilitando a emergência de novos 'lugares' de realização pessoal e de novos papéis pessoal e socialmente viáveis e enriquecedores que configurem modos alternativos de manutenção da relação do indivíduo com o mundo e da concretização do acesso a dimensões psicológicas importantes para a manutenção do bem-estar individual e para o desenvolvimento social. Isto implica, também, que o projecto das instituições de ensino superior (contextos privilegiados de investimento e promotores da vinculação social dos diplomados mais qualificados, ao menos no decurso do seu percurso formativo) se inscreva de modo premente neste projecto social mais alargado: (a) promovendo não só o desenvolvimento de competências profissionais articuladas com as necessidades do mercado de trabalho, mas acima de tudo o desenvolvimento do indivíduo a diferentes níveis, capacitando-o para a aprendizagem ao longo da vida, a tomada de posição crítica, a adaptabilidade, a gestão de projectos de vida e o empreendedorismo; (b) e assumindo, portanto, a missão de formar profissionais, mas também cidadãos críticos, conscientes e capazes de interacção e participação social, assim como de negociação dos seus projectos individuais no contexto dos constrangimentos e possibilidades decorrentes dos projectos sociais em que necessariamente se inscrevem.

A intervenção psicológica e vocacional desenvolvida junto dos diplomados com qualificação superior deve, neste contexto, intencionalizar um esforço de capacitação e responsabilização progressiva dos indivíduos no sentido da construção, gestão e implementação de projectos vocacionais da sua autoria, contextualizados, flexíveis e que articulem investimentos e compromissos em diferentes contextos de vida, equilibrando o socialmente possível com o pessoalmente desejável. Neste sentido, deverá: (a) apoiar os indivíduos na (re)construção dos

seus projectos vocacionais, por forma a que aqueles passem a integrar as noções de risco, incerteza e imprevisibilidade, tornando-se pessoal e socialmente mais viáveis; (b) promover o desenvolvimento e a mobilização de competências de exploração que facilitem a tomada de consciência relativamente à estrutura actual do mercado de trabalho (e às possibilidades e constrangimentos que interpõe à gestão de projectos vocacionais), contribuindo para uma projecção no futuro e uma orientação para a acção dotadas de maior realismo; (c) promover o desenvolvimento de competências de empregabilidade e de gestão de carreira, estimulando não só o desenvolvimento de competências que capacitem os indivíduos para uma procura de emprego mais eficaz, mas também a exploração e a mobilização das competências pessoais transferíveis, valorizadas no actual contexto socioprofissional; (d) estimular a reflexão e a ressignificação do trabalho, em termos das funções psicológicas que este permite cumprir e do papel que ocupa na estrutura de vida e nos compromissos realizados pelos indivíduos, favorecendo a valorização do desempenho de outros papéis sociais; (e) apoiar os indivíduos na estruturação do seu tempo, incentivando-os e desafiando-os para a identificação e realização de actividades pessoal e socialmente valorizadas, que impliquem a mobilização e a valorização de competências pessoais, favorecendo o alargamento das redes sociais de apoio, o "empoderamento", a melhoria da auto-confiança e a percepção de acesso a uma série de categorias de experiência psicológica, importantes na vivência desta transição.

Num contexto social, económico e político que se reconhece em acelerada mudança, que impõe novos desafios ao processo de integração profissional dos diplomados mais qualificados e que prefigura alterações nas premissas do desenvolvimento e da orientação vocacional, importa que as responsabilidades sociais, institucionais e individuais sejam cada vez mais consideradas e repensadas, favorecendo a construção, a implementação e a gestão de projectos pessoal e socialmente mais viáveis.

### Referências

- Arnett, J. J. (2000). A theory of development from the late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480.
- Arnett, J. J. (2006). Emerging adulthood in Europe: A response to Bynner. *Journal of Youth Studies*, 9, 111-123.
- Azevedo, J. (1999). *Voos de borboleta: Escola, trabalho e profissão*. Porto; Portugal: Edições Asa.
- Borgen, W. A., Hatch, W. E., & Amundson, N. E. (1990). The experience of unemployment for university graduates: An exploratory study. *Journal of Employment Counseling*, 27, 104-112.
- Bynner, J. (2005). Rethinking the youth phase of the life-course: The case for emerging adulthood? *Journal of Youth Studies*, 8, 367-384.
- Coimbra, J. L., Parada, F., & Imaginário, L. (2001). *Formação ao longo da vida e gestão de carreira*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

- Creed, P. A., & Klisch, J. (2005). Future outlook and financial strain: Testing the personal agency and latent deprivation models of unemployment and well-being. *Journal of Occupational Health Psychology, 10*, 251-260.
- Creed, P. A., & Machin, M. A. (2003). Multidimensional properties of the access to categories of experience scale. *European Journal of Psychological Assessment, 19*, 85-91.
- Creed, P. A., & Macintyre, S. R. (2001). The relative effects of deprivation of the latent and manifest benefits of employment on the well-being of unemployed people. *Journal of Occupational Health Psychology, 6*, 324-331.
- Creed, P. A., & Reynolds, J. (2001). Economic deprivation, experiential deprivation and social loneliness in unemployed and employed youth. *Journal of Community & Applied Social Psychology, 11*, 167-178.
- Fryer, D. (1988). The experience of unemployment in social context. In S. Fisher & J. Reason (Eds.), *Handbook of life stress, cognition and health* (pp. 211-238). London: John Wiley & Sons.
- Fryer, D., & Payne, R. (1984). Proactive behavior in unemployment: Findings and implications. *Leisure Studies, 3*, 273-295.
- Fryer, D., & Payne, R. (1986). Being unemployed: A review of the literature on the psychological experience of unemployment. In C. L. Cooper & I. Robertson (Eds.), *International review of industrial and organizational psychology* (pp. 235-277). New York: Wiley.
- Goldberg, D. (1972). *The detection of psychiatric illness by questionnaire*. London: Oxford University Press.
- Gonçalves, F. R., Carreira, T., Valadas, S., & Sequeira, B. (2006). Percursos de empregabilidade dos licenciados: Perspectivas europeias e nacional. *Análise Psicológica, 24*, 99-114.
- Haworth, J. T. (1997). *Work, leisure and well-being*. London: Routledge.
- Instituto do Emprego e Formação Profissional. (2009). *Situação do mercado de emprego, relatório semestral, 1º semestre de 2009*. Lisboa.
- Jackson, T. (1999). Differences in psychological experiences of employed, unemployed and student samples of young adults. *Journal of Psychology, 133*, 49-60.
- Jahoda, M. (1979). The psychological meanings of unemployment. *New Society, 49*, 492-495.
- Jahoda, M. (1981). Work, employment and unemployment: Values, theories and approaches in social research. *American Psychologist, 36*, 184-191.
- Jahoda, M. (1982). *Employment and unemployment: A social-psychological analysis*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Jahoda, M. (1992). Reflections on Marienthal and after. *Journal of Occupational and Organizational Psychology, 65*, 355-358.
- Martella, D., & Maass, A. (2000). Unemployment and life satisfaction: The moderating role of time structure and collectivism. *Journal of Applied Social Psychology, 30*, 1095-1108.
- Muller, J. J., Creed, P. A., Waters, L. E., & Machin, M. A. (2000, July). *The development and validation of a scale to measure the manifest and latent functions of employment*. Trabalho apresentado no International Congress of Psychology, 27, Stockholm, Sweden.
- Parada, F., & Coimbra, J. L. (1999-2000). Sentidos e significados do trabalho no contexto de uma realidade em transformação: O desemprego e as dificuldades de integração profissional dos jovens. *Cadernos de Consulta Psicológica, (15/16)*, 47-57.
- Portugal. Instituto do Emprego e da Formação Profissional. Gabinete de Estudos e Avaliação. (2008a). *Relatório anual da situação do mercado de emprego em Portugal, 2007*. Lisboa: GEA.
- Portugal. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais. (2008b). *Relatório da procura de emprego dos diplomados com habilitação superior, 2007*. Lisboa: GPEARI.
- Savickas, M. L. (1997). Career adaptability: An integrative construct for life-span, life-space theory. *The Career Development Quarterly, 45*, 247-259.
- Schnapper, D. (1998). *Contra o fim do trabalho: Conversa com Phillipe Petit* (P. L. Azevedo, Trad.). Lisboa: Terramar.
- Sousa-Ribeiro, M. C. L., & Coimbra, J. L. B. (2005a). *General Health Questionnaire (GHQ-12): Versão portuguesa*. Manuscrito não publicado, Universidade do Porto, Portugal.
- Sousa-Ribeiro, M. C. L., & Coimbra, J. L. B. (2005b). *Latent and manifest benefits of work scale (LAMB Scale): Versão portuguesa*. Manuscrito não publicado, Universidade do Porto, Portugal.
- Ullah, P. (1990). The association between income, financial strain and psychological well-being among unemployed youths. *Journal of Occupational Psychology, 63*, 317-330.

- Waters, L. E., & Moore, K. A. (2002). Reducing latent deprivation during unemployment: The role of meaningful leisure activity. *Journal of Occupational and Organizational Psychology*, 75, 15-32.
- Waters, L. E., & Muller, J. (2003). Money or time? Comparing the effects of time structure and financial deprivation on the psychological distress of unemployed adults. *Australian Journal of Psychology*, 55, 166-175.

*Recebido: 13/02/2010*  
*1ª Revisão: 31/05/2010*  
*Aceite Final: 28/06/2010*

Sobre os autores

**Ana Raquel Soares Paulino** é Investigadora do Centro de Desenvolvimento Vocacional e Aprendizagem ao Longo da Vida da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

**Joaquim Luís Coimbra** é Professor Associado Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Coordenador do Centro de Desenvolvimento Vocacional e Aprendizagem ao Longo da Vida.

**Carlos Manuel Gonçalves** é Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Membro do Centro de Desenvolvimento Vocacional e Aprendizagem ao Longo da Vida.